

Famílias nos seringais: Mulheres que trabalharam em áreas de seringais após a Segunda Guerra Mundial

Agda Lima Brito¹

Resumo: Procuramos desvendar o mundo do trabalho e cotidiano, dentro dos seringais do Amazonas entre 1950 e 1970, entendendo que esse período abrange mudanças políticas para região Norte, como por exemplo, a Implementação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Nosso objetivo é investigar o trabalho familiar nos seringais, onde homens, mulheres e crianças trabalharam em uma série de atividades buscando a sobrevivência no Amazonas, entendendo que dentro desses planos de recuperação os trabalhadores passaram por mudanças no ambiente onde moravam, os seringais, as matas. Ressaltando que daremos maior atenção ao trabalho feminino, nos preocupando com as dificuldades que essas trabalhadoras enfrentam dentro desses espaços de trabalho.

Palavra- Chave: Seringais, Trabalho, Mulheres.

Abstract : We sought to unravel the world of work and daily life, within the rubber plantations of the Amazon between 1950 and 1970, understanding that this period encompasses political changes for the North region, such as the Implementation of the Supervision of the Amazon Economic Recovery Plan - SPVEA. Our objective is to investigate the family work in the rubber plantations, where men, women and children worked in a series of activities seeking survival in Amazonas, understanding that within these plans of recovery the workers went through changes in the environment where they lived, the rubber plantations, . Emphasizing that we will pay more attention to women's work, worrying about the difficulties these women workers face within these spaces.

Keyword: Seringals, Working, Women

A borracha da Amazônia e seus trabalhadores

¹ Doutoranda em História – PPGHS-UERJ, bolsista Faperj.

Após a crise da borracha, que ocorreu no início do século XX, a Amazônia passou por um longo período de crise econômica, até a década de 1940 onde passou por um período de recuperação da extração do látex e ocorreram as políticas Vargasistas de ocupação dos “vazios demográficos” do território nacional (conhecida como Marcha para o Oeste). Essas políticas voltavam seus olhos para a região em busca de atender exigências dos Norte Americanos, levando em consideração a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sendo necessário colaborar para o esforço de guerra dos Aliados. A borracha novamente entra em pauta, como evidencia Isabel Cristina Guillen:

“Firmados em março de 1942, os Acordos de Washington previam ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros. Uma série de campanhas cívicas foram desenvolvidas, dentre as quais a “Batalha da Borracha”².”

Neste período milhares de famílias, foram atraídas para o trabalho nos seringais, uns através do alistamento e outros vinham seduzidos pelas propagandas divulgadas pela imprensa, uma forte arma usada pelo governo de Getúlio Vargas.

Nossa preocupação é tentar desvendar o mundo do trabalho nos seringais, a fim de entender como se dava o trabalho das famílias nessas regiões, onde homens realizavam inicialmente, em sua maioria a coleta da borracha (considerados por eles o trabalho pesado) e suas mulheres e crianças realizavam o trabalho da agricultura (considerado pelos homens uma atividade desvalorizada³), com a intenção de evitar comprar gêneros alimentícios nos barracões, que eram estabelecimentos controlados pelos patrões⁴.

Salientamos ainda que as mulheres dentro do tema proposto serão nossas protagonistas, tendo em vista que os trabalhos realizados por elas, dentro dessas comunidades perpassam por vários eixos. Enfrentavam uma rejeição frente ao olhar

² GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. Revista de Sociologia e Política. n° 9, 1997. p.95

³ WOORTMANN, Ellen. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In. Os estudos rurais e estudos urbanos. (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafesa Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

⁴ BRITO, Agda Lima. Mulheres no Seringal: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. 2017.

masculino, no entanto à medida que vão atuando em vários campos de trabalho acabam se tornando o eixo central familiar.

Dentro dessa dinâmica de trabalho, a atividade feminina sofrera uma menor valorização, ainda que essas mulheres tenham uma rotina de trabalho extremamente cansativa, conforme apontam às fontes, entrevistas de homens e mulheres que trabalharam nos seringais nesse período, o serviço feminino acabava tendo um olhar desvalorizado⁵. Por isso decidimos ter como ponto principal o trabalho feminino nos seringais.

Para realizar a investigação deste tema é válido delinear como foram se dando essas mudanças dentro dos seringais, desde a chegada dessas famílias até depois da Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista que no pós-guerra, com a crise da borracha, o governo teria uma preocupação com o destino econômico da Amazônia. Na realidade a Amazônia sempre foi um problema para o governo federal, vista como uma região que não conseguia se manter sozinha, percebemos como o governo Vargas e seus sucessores até Castello Branco, iram ter o mesmo ponto de vista em comum acerca da região, que será a busca pela integração da Amazônia e seu desenvolvimento⁶.

Portando, sem a fiscalização do Estado, estes trabalhadores nos interiores do Amazonas, que na década de 1940 se apresentaram para o trabalho nos seringais, acabaram tendo problemas com os seringalistas como, por exemplo, o sistema de dívidas. Pois os patrões (os patrões eram também chamados de seringalistas) cobravam deles os utensílios de trabalho, tais como as ferramentas que receberam para o trabalho em meio à mata, como tigelas, entre outros produtos.

As famílias deveriam consumir nos barracões, que vendiam ferramentas, alimentos, remédios. Dessa forma, os seringalistas exerciam uma dupla exploração, como patrões e como donos dos barracões. O consumo nesses espaços contribuía ainda mais para que as dívidas dessas famílias aumentassem. Tudo o que era vendido dentro

⁵ NOGUEIRA, Raimundo. Raimundo Nogueira. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014./ GUIMARÃES, Antônio. Antônio Guimarães. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014./ Percebemos este tipo de visão presente também no trabalho de WOORTMANN, Ellen .Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. (Org.). Além dos Territórios: por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998, onde a autora aponta a relação de trabalho nos seringais na região do Acre.

⁶ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966), p. 34.

dos barracões, até a medicação que segundo os relatórios do *Serviço Especial de Saúde Pública* - SESP⁷ deveria ser distribuída de forma gratuita, eram vendidas a preços exorbitantes.

Passada a Segunda Guerra Mundial, outros cultivos vão ter maior evidência além da borracha. Na realidade em *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas 1943*⁸ já encontramos uma preocupação em instigar o plantio de certos gêneros como coco, castanha, pau rosa dentre outros, a fim de abastecer a cidade de Manaus. Em contrapartida segundo as fontes orais, existia uma pressão por parte dos patrões para que somente a coleta da borracha fosse realizada e as famílias que insistiam em fazer roçados eram consideradas preguiçosas, “seringueiros ruins⁹”, Cristana Wolff trata bem dessas dificuldades:

“A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos.¹⁰”.

No entanto esses trabalhadores iram resistir a esse sistema de trabalho, onde principalmente as mulheres iram ser responsáveis pela produção de outros gêneros alimentícios a fim de evitar consumir nos barracões. As famílias que trabalhavam em outros serviços, como por exemplo, os cultivos da roça, acabaram sofrendo maior repressão por parte dos patrões. Isso acreditamos, ter perdurado até o pós-guerra, pois conforme a extração da borracha entra em crise, ocorre um maior empenho do seringalista em manter esse sistema de dívidas para amarrar o trabalhador ao local. Nos *Relatórios do Diretório do Comercio do Amazonas* de 1950 percebemos como os donos de seringais ainda enxergam na extração da borracha, uma saída para a crise na região.

⁷ Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro

⁸ Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

⁹ ALBUQUERQUE, G. R.. *Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras*. 1. ed. Rio Branco - Acre: Editora da Universidade Federal do Acre - EDUFAC, 2005. v. 01. P.60

¹⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre(1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999. P. 139.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Arthur Reis¹¹ foi um dos principais intelectuais da região, tornando-se referência acerca de estudos sobre a Amazônia.

Destacando Arthur Reis que antes de se tornar presidente da SPVEA, foi redator no Jornal do Correio e professor de Economia Política e Ciências das Finanças da faculdade de direito, isso na década de 1930, torna-se membro do IHGB. E então passada a Segunda Guerra Mundial, Reis toma a frente da Divisão de Expansão Econômica, e em 1953 torna-se presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) onde permaneceu até 1955, após sua saída a SPVEA irá ter vários interventores, como Waldir Bouhid segundo Renha foi durante sua administração que surgiram as denúncias de corrupção¹², entre outros interventores que passaram pela instituição.

Dito isso, o governo visava criar uma política de recuperação para a região da Amazônia discutida desde 1946, conforme aponta Carlos Eugenio Renha:

“Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União aplicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias¹³.”

No entanto somente em 1953 foi criada a lei nº1. 806 O Plano de Valorização Econômica da Amazônia¹⁴, que tratava – se de uma série de medidas visando incentivar

¹¹ Dentre as suas principais obras esta: Reis, Arthur César Ferreira. O seringueiro e o seringal. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. /Reis, Arthur César Ferreira. A Amazônia que os portugueses revelaram. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956/ Reis, Arthur César Ferreira. “O ciclo do ouro negro. Ampliação do espaço. A concorrência asiática”. In: A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo [versão mimeografada e anotada]. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1956, entre outras.

¹² RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966), 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. p 70.

¹³ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966), 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. p. 46.

¹⁴Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Página Consultada em 19 de setembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

o desenvolvimento da região, dentre eles incrementar o desenvolvimento agrícola, destacamos o artigo 1, que resumi parte do plano de valorização:

“Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.¹⁵”

Na realidade as propostas levantadas no livro do Governo Federal sobre o que deveria ser feito para que o *Programa de Emergência para a Amazônia*¹⁶, desse certo, no próprio documento já consta orçamento geral e como seria investido em cada área tendo em vista que segundo o Plano deveriam ter melhorias e desenvolvimento na Agropecuária, transporte, comunicações e energia, desenvolvimento cultural, recursos naturais e saúde.

No desenvolvimento Agropecuário deveriam ocorrer diversas melhorias como fomentar a produção agrícola e sua defesa sanitária, produção pecuária e sua defesa sanitária, mecanização da lavoura, colonização uma vez que a mão de obra na região sempre representou um problema e investimentos em pesquisas, uma vez que Reis acreditava no desenvolvimento mais também na preservação da região¹⁷.

Para Reis a situação da região era preocupante e o Plano era visto como uma forma de integrar e desenvolver, muito além dos moldes anteriores que só se sustentavam na extração a borracha e não adquiriam novos meios de se sustentar, conforme aponta no livro do governo federal:

“Essa obra de recuperação se exerce sobre uma região cujo colapso econômico decorre não propriamente de condições particularmente hostis do meio, mas da extinção de um ciclo econômico da borracha silvestre, das perturbações sofridas pelo tipo de organização social e econômica que criou e que não pode ainda adaptar-se a novas condições econômicas, nem absorver novas técnicas de trabalho, nem método de vida¹⁸.”

¹⁵ Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 20 de novembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

¹⁶ Presidência da República- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. Valorização econômica da Amazônia- Programa de Emergência (artigo 19 da lei nº 1.086. de 6 de janeiro de 1953).Setor de coordenação E Divulgação, Belém- Pará- Brasil. 1954.

¹⁷ Ibid., p. 3.

¹⁸ Ibid., p. 4.

Uma vez que a borracha só beneficiava os patrões donos de seringais, mas houve muito pouco investimento em técnicas que buscassem melhorar a produção da borracha, na realidade o lucro da borracha na década de 1940 foi bem menor se comparado com o primeiro “boom da borracha”, o governo preocupava-se em tentar incentivar o plantio de outros gêneros, mais os patrões durante muitos anos, insistiam que a borracha (mesmo em crise), deveria ter amparo do governo federal.

Foram vários os superintendentes que tentaram assumir a SPVEA mais acabaram renunciando devido a pressões internas e falta de recursos financeiros que impedia que o projeto avançasse. A União não repassava verba acordada e os políticos de cada região só disputavam a verba e não seguiam um plano eficiente para a sua localidade, varias obras ficaram inacabadas e a imagem da SPVEA como instituição que não funcionava só aumentava, levando a sua extinção em 1966¹⁹.

Mudanças na Amazônia

Acreditamos que a criação da SPVEA acarretou mudanças dentro do meio rural no Amazonas, pois um de seus pontos principais será investir na agricultura e pecuária. Importante ressaltar que entendemos os seringais como um espaço de trabalho que abrange várias atividades e não somente o lugar onde é colhida a seringa. Nos *Relatórios de Comercio do Amazonas* de 1950, por exemplo, produtos como a castanha, a farinha, juta dentre outros vão ser amplamente tratados como um recurso de incentivo da Amazônia.

Segundo Rodolfo Coelho e Carlos José a SPVEA não teriam tido êxito em seus planos de desenvolvimento devido a uma série de fatores que tornavam inviáveis modernizar aquelas regiões, a falta de recursos suficientes para isso, seria um desses fatores. Já durante o governo Juscelino Kubitschek seria realizado o planejamento da construção de Rodovias através dos planos de metas, para os autores essas rodovias teriam contribuído para o desmatamento da região conforme aponta Rodolfo:

“O principal elemento que deu condições para a ampliação do desmatamento na região foi a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-29, atualmente BR-364). Esses dois grandes eixos rodoviários permitiram a formação de muitos povoados, vilas e cidades que, adotando

¹⁹ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966), 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. p. 136.

como atividade econômica a agricultura e a pecuária em áreas próximas a essas rodovias, culminaram no desmatamento ao longo dos mesmos.²⁰

Além de contribuírem para o desmatamento nos arredores daquelas regiões, segundo Gilberto Marques²¹ o governo de Juscelino Kubitschek acabou favorecendo os conflitos na região da Amazônia, uma vez que apoiaram empresários, passando títulos de terras para seus nomes, sobretudo no Pará. Gilberto Marques fala sobre a situação dos trabalhadores: “Enquanto na nova política se propõe o estabelecimento do capitalismo na Amazônia (como que se, de alguma forma, ele já não estivesse presente), o Programa de Emergência negava o assalariamento entre os camponeses.²²”

Então se por um lado ocorriam mudanças nos investimentos na Amazônia e nos incentivos do que seriam produzidos naquele momento, as famílias que trabalhavam no campo, possivelmente continuavam em uma situação difícil. Além disso, a degradação do meio onde viviam, acarretaram tensões no meio do trabalho. Para isso é importante analisar os serviços que realizavam e o cotidiano dessa população na mata.

Nas entrevistas percebemos como estas famílias, sobretudo as mulheres e crianças trataram de trabalhar em outros afazeres, dentre eles os mais presentes são o roçado, plantio de milho, mandioca, tabaco, coleta de castanha, fabricação de farinha, defumação da borracha, pesca, coleta de frutas. Uma infinidade de práticas que eram usadas para ficarem menos dependentes dos barracões.

Ainda que fosse difícil até para os patrões fiscalizar o serviço dos seringueiros, se eles descobrissem que o trabalhador estava vendendo borracha para os regatões (que se tratavam de embarcações fluviais que atracavam na beira dos rios, normalmente de noite para comprar borracha dos seringueiros escondido dos patrões) eles confiscavam toda mercadoria do seringueiro, entre outras práticas mais violentas.

Constatando que no pós-guerra esse controle sobre essas famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos, na realidade essa prática de trabalho análogo ao escravo tem se perpetuado por diversas regiões da Amazônia.

²⁰ PRATES, Rodolfo Coelho e BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011. p. 608.

²¹ MARQUES, Gilberto S. revista *Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, n° 34, p. 163-198, fevereiro 2013.

²² MARQUES, Gilberto S. revista *Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, n° 34, p. 163-198, fevereiro 2013. p. 178.

Neste sentido, estamos tentando dar conta desse período de 1946 onde existe uma preocupação do Governo Federal com o desenvolvimento da Amazônia e seguindo até 1966 onde a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM que vem atuando até o tempo presente. Estamos tentando entender o porquê de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna ainda mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras.

Se pensarmos que essas mudanças incentivaram principalmente a agricultura, poderemos perceber também que atingiram essas trabalhadoras que tinham como principal tarefa o roçado. Boa parte da família estará envolvida nessa atividade de agricultura e também na extração da madeira, que já está em voga em 1960.

Acreditamos que surge aí outro problema, pois essa degradação do meio onde vivem essas famílias implicara uma quebra com sua cultura de preservação, tendo em vista que aprenderam outras práticas além do trabalho com a terra, como as práticas de cura dependiam da preservação do meio onde viviam.

A falta de organização dos planos da SPVEA em cada região e falta de recurso, acabaram por contribuir para que os patrões pelo menos até a década de 1950 continuassem a pressionar essas famílias para que extraíssem seringa, para isso cada vez mais exploravam essas famílias.

Já na década de 1960 percebemos como os problemas nas matas Amazônicas agora se tornaram outros, a modernização da agricultura, derrubada da madeira, os novos empreendimentos que iram afetar a vida das comunidades. Acerca dessas transformações que pretendemos tratar nesta pesquisa, os impactos na vida dessas famílias e novos desafios que terão que enfrentar.

Além disso, logo após vieram os planos do governo militar para Amazônia, que implicaram em uma serie de problemas que até hoje deixam feridas abertas na região sobre questões ambientais, e ainda que as disputas por terra e problemas com a degradação da mata tenham se agravado nos anos 1970 em diante. Nos anos 1960 o problema com grilagem de terra já era comum e assim começavam a avançar os planos

dos militares para a região da Amazônia, na busca por desenvolvimento as políticas que vieram do governo federal acabaram contribuindo para a degradação da floresta Amazônica causando assim um grande problema na vida das populações que ali habitavam²³.

Referências:

Fontes:

NOGUEIRA, Raimundo. Raimundo Nogueira. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

GUIMARÃES, Antônio. Antônio Guimarães. Depoimento [06 Abril. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

Pagina Consultada em 22 de Janeiro 2018
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>.

Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 19 de setembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 –Pagina Consultada em 20 de novembro de 2016.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Presidência da Republica- Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. Valorização econômica da Amazônia- Programa de Emergência (artigo 19 da lei nº 1.086. de 6 de janeiro de 1953).Setor de coordenação E Divulgação, Belém-Pará- Brasil. 1954.

Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro

Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

²³ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (54), 2005.

Bibliografia:

ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. **Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema RO**. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHEROBIM, M. — **Trabalho e comércio nos seringais amazônicos**. Perspectivas, São Paulo, 6:102-107, 1983.

DAUPHIN, Célia, FARGE, Arlette, PERROT, M. **A história das mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. Tradução de Rachel Soihet. Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. Gênero. NUTEG- Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero. 2º. Sem 2001- vol.2, n.1(2 sem 200), Niterói : Ed. UFF,2000.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

FERREIRA, Maria Liége Freitas. **Mulheres no Seringal: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945)**. VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. ed. — 51o Faul© i Copanhia Editeis Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Séria 2, Citadas social» í v. 23). – ver também FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

LEAL, Davi Avelino. **Por uma arqueologia dos seringais**. Revista Canoa do tempo (UFAM), v. 1, p. 205-2201, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo**. Revista de Sociologia e Política. N° 9,1997.

- LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e Seringal: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação de mestrado. Ufam: Manaus, 2013.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (54), 2005.
- MARQUES, Gilberto S. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MCGRATH, David. **Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.
- MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano**. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.
- NASCIMENTO, Maria das Graças. **O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica**. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente-** Março. - Nº 11, Vol. II, 1998.
- PEREIRA, Marcelo Souza. **Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia**. **Revista Somanlu**, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.p.p.124,136.
- PRATES, Rodolfo Coelho e BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.
- Reis, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

Reis, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

Reis, Arthur César Ferreira. “**O ciclo do ouro negro. Ampliação do espaço. A concorrência asiática**”. In: *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo* [versão mimeografada e anotada]. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1956.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. “**A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**”, 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico**. Belém: UFPA, 1989.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. “**A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

SOIHET, R. **História das Mulheres e História de Gênero** - um depoimento. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. “**Varadouros da Liberdade**”: **Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre**. Projeto História, São Paulo, (16) de fev. 1998.

TEXEIRA, Carlos Correia. **Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia**. Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.

UGARTE, Maria Luiza. **Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.p. 2.

WOORTMANN, Ellen. **Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal**. In: *Os estudos rurais e estudos urbanos*. (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.